

Blindagem na Academia de Tênis

ANA HELENA PAIXÃO
DA EQUIPE DO CORREIO

Os deputados distritais e representantes do Governo do Distrito Federal (GDF) resolveram *blindar* a Academia de Tênis. Mesmo acusado de invasão de área pública, desrespeito à legislação ambiental e ausência de alvarás de construção e de funciona-

mento junto à Administração de Brasília, o *resort* ficará livre de fiscalização e novas interdições até agosto. Representantes da Procuradoria Geral do DF e da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano (Seduh) se comprometeram a, nesse período, analisar documentos e processos da Academia para emitir novos pareceres técnicos. Até o trabalho ser concluído, os distritais pedi-

rão ao governador Joaquim Roriz para suspender vistorias no lugar. Na noite de quinta-feira, o administrador Clayton Aguiar esteve na Presidência da Câmara Legislativa e reuniu-se com parlamentares. Ele garantiu que seu trabalho estava encerrado: naquele dia, determinou a interdição de todos os espaços do *resort* que não tivessem documentos ou apresentassem qualquer pen-

dência junto à Administração. Ontem pela manhã, membros do GDF e parlamentares se reuniram para ouvir José Farani, dono do complexo. Ele rebateu as ilegalidades. Munido de documentos, garantiu que nunca invadiu área pública. Tampouco estaria em desacordo com a legislação ambiental — para tanto, apresentou parecer emitido em março pelo Instituto Nacional de

Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O encontro marcou a criação de uma espécie de grupo especial formado para pôr fim a um ano de confronto entre a Academia de Tênis e a Administração de Brasília. “A Seduh e a procuradoria vão emitir um parecer técnico sobre a situação real da academia”, garantiu o presidente da Câmara, Benício Tavares.

Pareceres técnicos

A análise dos processos e documentos da Academia de Tênis será feita em duas partes. No encontro de ontem, a subsecretária de Urbanismo e Preservação do Distrito Federal, Eliana Klarman, garantiu que sua equipe analisará todo o material sobre o caso em dois dias, a partir de segunda-feira. Na quarta-feira, eles encaminham um parecer completo para a Procuradoria Geral do DF. Ali, os técnicos também devem avaliar a documentação e emitir outro parecer.

“A Câmara Legislativa acompanhará todo o processo. Na volta do recesso parlamentar, nos reunimos novamente para buscar uma saída definitiva, com base nesses pareceres”, detalhou Benício Tavares. Os distritais Augusto Carvalho (PPS), Eliana Pedrosa (PFL), Arlete Sampaio (PT), Eurides Brito e Anilcéia Machado (ambas do PMDB) também acompanharão os trabalhos. “Mandaremos hoje (ontem) um relatório ao governador Joaquim Roriz sobre o encontro, pedindo a suspensão de interdições e cobranças de documentos enquanto trabalharmos”, completou Benício.

De acordo com o portavoz do GDF, Paulo Fona, nenhum documento havia chegado às mãos do governador até as 20h de ontem. Mas ele afirmou que Roriz entende ser necessário aguardar o fim das negociações na Câmara Legislativa para que outras ações sejam adotadas. “Qualquer solução deve estar dentro da legalidade”, encerrou Fona.

Park Fair
Assim, a única área que permanecerá desativada no *resort*, por enquanto, é o Park Fair. O pavilhão de exposições, fechado quinta-feira, é alvo de disputa judicial há um ano. Enquan-

to a Administração de Brasília alega invasão de área pública, os empreendedores afirmam que a única pendência do lugar é a aprovação da modificação do projeto original, ampliando a área construída.

“Levamos o projeto à Administração, mas não aceitaram sequer protocolá-lo, assim como outros documentos que tentamos encaminhar nesse último ano”, afirmou o advogado da Academia, Eric Furtado. “O *puxadinho* para escritórios do Park Fair, que extrapolava distância mínima de 10 metros do terreno vizinho, já está sendo demolido como prova de boa vontade.”

José Farani diz ser perseguido por Clayton Aguiar. “Somos acusados de invasão de área pública, falta de alvarás de construção e de funcionamento, habite-se e escrituras. Mas aqui estão os documentos. Não há nada de errado”, afirmou, antes de passar a papelada aos deputados distritais.

Aguiar não foi localizado para comentar o assunto.